



SEGURANÇA PÚBLICA

BOLETIM INFORMATIVO



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 03/2020 | MAIO, JUNHO e JULHO | 2020

Índice

04	Momento CEOSP: Entrevista com o Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, Jader Alves.
15	Notícias do MPBA: Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos será instalado em Itabuna
16	Notícias do MPBA: Coronavírus - MP ajuíza ação civil pública para regularizar fluxo de transferência de presos em Feira de Santana
17	Notícias do MPBA: Coronavírus - Justiça determina transferência de presos com Covid-19 do Complexo Policial do Sobradinho para a Unidade Prisional de Feira Santana
18	Notícias do MPBA: Coronavírus - Estado é intimado da decisão da Justiça para transferência de presos com Covid-19 em Feira de Santana
19	Notícias do MPBA: Parceria do MP com universidade viabiliza doação de 300 máscaras para mulheres do sistema prisional
20	Notícias do MPBA: Coronavírus: Presos com Covid-19 são transferidos do Complexo Policial do Sobradinho para presídio em Feira de Santana
21	Notícias do MPBA: Coronavírus: Evento online debate atuação do MP no enfrentamento da pandemia no sistema prisional
22	Notícias do MPBA: Três PMs são denunciados por crime de tortura durante abordagem contra adolescente em Paripe
23	Notícias do CNMP: Comissão disponibiliza novos dados sobre delegacias de polícia civil no Brasil
24	Notícias do CNMP: CNMP se soma ao esforço de distribuição de quase três milhões de máscaras doadas ao sistema prisional.
25	Notícias do CNMP: Covid-19: CNMP ratifica recomendação para que MPs adotem medidas preventivas com relação às oitivas de adolescentes
26	Notícias do CNJ: CNJ publica orientações para políticas de cidadania na privação de liberdade
27	Notícias do CNJ: RS é premiado por ações em favor de filhos de presas na primeira infância
28	Notícias do CNJ: Recomendação indica registro eletrônico em casos de violência doméstica
29	Notícias do CNJ: Contaminações por Covid-19 no sistema prisional ultrapassam 10 mil casos
30	Notícias do DEPEN: Nota técnica do Depen mostra que o número de presos que estudam aumentou 276%

Índice

- 31 **Notícias do DEPEN: Enfrentamento da Covid-19 foi tema de Webnário sobre Saúde no Sistema Prisional**
- 32 **Notícias da DEPEN: Impacto da Covid-19 no Brasil em relação a outros países**
- 33 **Notícias do MPF: Justiça determina ao governo federal a divulgação de dados sobre violência policial em 2019**
- 34 **Notícias da Câmara de Deputados: Projeto pune com até quatro anos de prisão quem divulga mentira sobre saúde ou segurança pública**
- 35 **Notícias da OAB/BA: Auxílio emergencial: OABs do Nordeste pedem atendimento mais digno a mulheres**
- 36 **Notícias dos Jornais: Decreto põe Fundo de Segurança Pública entre gastos que não podem ser limitados.**
- 37 **Notícias dos Jornais: Pesquisa científica aplicada cria modelo inovador de gestão em segurança pública.**
- 38 **Notícias dos Jornais: Em tempos de coronavírus, advogados falam de casa com clientes presos**
- 39 **Notícias dos Jornais: CNJ votará resolução sobre direitos de pessoas LGBTI presas**
- 40 **Notícias dos Jornais: CNJ define ações para combate à Covid-19 no sistema prisional**
- 41 **Notícias dos Jornais: Ministério da Justiça cria órgão para gerir fundo de segurança pública.**
- 42 **Notícias dos Jornais: Bahia tem queda no número de mortes violentas no mês de maio, aponta SSP**
- 43 **Notícias dos Jornais: Justiça suspende liminar que transferiu presos com Covid-19 de complexo em Sobradinho para presídio em Feira de Santana**
- 44 **Notícias dos Jornais: Mês de junho registra menor número de assassinatos em 2020, diz SSP-BA**
- 45 **Nota do CEOSP**
- 46 **Peças Processuais**

Momento CEOSP

Apresentamos, nessa publicação, uma síntese da entrevista realizada no dia 06 de julho de 2020 com o Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, Dr. Jader Santos Alves, Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania pela Universidade Federal da Bahia, que contextualiza e aborda a temática do seu artigo e dissertação de mestrado, cujo título é: “A atuação policial na perspectiva de jovens negros: vozes dos invisíveis”, objetivando-se a explanação, divulgação e socialização desse tema na presente edição do Boletim Informativo do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social – CEOSP.

*Entrevista realizada através do aplicativo Teams.



1. Qual a sua motivação para realizar pesquisa visando compreender as representações e pontos de vista de jovens negros oriundos de bairros populares de Salvador, sobre a atividade policial?

No mestrado em Segurança Pública patrocinado pelo MP/BA em parceria com a UFBA tivemos contato com professores que estudam a questão da segurança e da violência de forma mais ampla. A partir das discussões com o professor Ricardo Cappi, que foi meu orientador, surgiu essa curiosidade intelectual de analisar esse campo da segurança pública e em especial, originou-se a necessidade de estudar como as questões de segurança têm afetado os jovens negros.

Continua...

Momento CEOSP

Sendo assim, primeiramente foi estudada a perspectiva jurídica sobre o surgimento de uma legislação bastante ampla em termos de direitos da juventude. Começando pela Constituição, passando pelo Estatuto da Juventude e Estatuto da Igualdade Racial. Afinal, são muitos os direitos previstos nesses diplomas legais, inclusive prevendo expressamente a proteção dos direitos fundamentais dessa população, políticas públicas voltadas para juventude negra e também o direito da juventude negra de participação social, ou seja, de participação ativa nas discussões acerca das políticas públicas.

Contudo, quando nós olhamos para a realidade, em especial a realidade do nosso Estado, mas que também é a realidade brasileira, observa-se que esses direitos têm sido solapados de forma muito frequente. Não tem havido uma efetivação dessas leis, bastante generosas em direitos, mas, na prática, a juventude pouco tem experimentado a efetivação de tantos direitos fundamentais previstos em lei e, pior do que isto, os jovens negros muitas vezes não têm voz nessas discussões, mesmo a realidade da segurança pública tendo virado uma grande discussão nos últimos anos.

Além disso, a atividade do sistema penal, em especial a atividade policial tem provocado diversas violações de direitos desses jovens. Sendo assim, tendo em vista a necessidade de ouvir esse público, de compreender o que eles pensam sobre o sistema, que nós resolvemos fazer a pesquisa. Objetivando então, tirar o foco do olhar sobre o jovem e buscar o olhar do jovem. É isso que nos interessou na pesquisa, essa que foi a grande motivação, esse paradoxo que essa juventude vive hoje: de ter direitos na lei e não ter esses direitos efetivados na prática.

Continua...

Momento CEOSP

2. Qual o objetivo principal da pesquisa com os jovens negros de bairros populares sobre a atividade e abordagem policial?

Se nós temos atualmente um debate sobre segurança na mídia e no meio político voltado para repressão, para o aumento da atividade policial, aumento das prisões, do encarceramento em massa, então a proposta é mudar esse foco e trazer vozes aos ausentes. Provém deste contexto a ideia de “vozes invisíveis”, vozes estas das pessoas que, infelizmente, não estão tendo acesso a esse debate, não estão tendo a oportunidade de expor seus pontos de vista, nem de ter suas perspectivas e apreensões levadas em consideração no momento de se elaborar e de se executar políticas públicas. Logo, o objetivo geral foi dar voz a essa juventude, sistematizar as entrevistas por meio de categorias e entender como a atividade policial afeta o cotidiano desses jovens, para assim, termos uma visão mais ampla da realidade e avanços no debate, ambos de forma democrática.

3. Quais os principais pontos abordados na pesquisa, que deveriam levar os leitores a uma reflexão temática?

A nossa pesquisa, antes de irmos a campo, foi uma pesquisa empírica, procuramos fazer uma revisão da literatura sobre o tema e vários aspectos de forma até mais geral, macrossociológicos, foram analisados. Abordamos a questão do aumento da criminalidade, especialmente da criminalidade violenta, a questão das desigualdades sociais, a questão das desigualdades raciais. O racismo é um tema central na obra, tanto o racismo estrutural como, em seguida, o racismo institucional por parte dos órgãos do Sistema Penal. O jovem não tem tido a oportunidade de se manifestar como deveria.

Momento CEOSP

Então nós abordamos esses temas, a questão da legalidade, da legitimidade da atuação da polícia e procuramos nesse amálgama de temas partir então para a pesquisa empírica onde nós procuramos obter dos jovens os pontos de vistas deles. São vários temas abordados, mas o principal tema, central na pesquisa e que merece reflexão é a questão do racismo. Não no seu viés apenas do preconceito, como aquele ato individual de uma pessoa para outra, mas o racismo como uma forma de pensar que permeia ainda hoje a sociedade brasileira e permeia as instituições, infelizmente. Esse tema do racismo estrutural/institucional é o tema principal que acaba gerando uma necessidade de maior reflexão, é da sociedade como um todo.

4. Que aspectos importantes foram destacados pelos entrevistados a respeito da atuação policial? Existem aspectos mais relevantes que apareceram na pesquisa?

Sim, nós fizemos uma pesquisa empírica de coleta de dados, fomos a campo para entrevistar jovens negros de comunidades de Salvador e partimos sempre de uma pergunta simples: “Você já sofreu algum tipo de abordagem policial?” A partir daí deixávamos que os jovens fossem expondo os fatos e começamos, durante as falas, a desenvolver outras questões, muitas delas já trazidas pelos jovens nas entrevistas. A questão do racismo nem precisou ser perguntada porque os jovens já traziam essa percepção de que muitas atividades policiais eram dirigidas a eles por conta da cor da pele. Então os jovens contaram as situações e como eles as resignificavam. A partir daí chegamos a algumas conclusões. A primeira, muito importante a ser citada, é de que nenhum jovem entrevistado (um deles já teve passagem pela polícia por roubo) questiona a ideia da polícia como a de um agente que deve fazer o controle da legalidade.

Momento CEOSP

Esse ideal de polícia como proteção contra o crime em nenhum momento foi questionado por eles, que defendem a ideia da polícia como proteção ao cidadão. Porém, colocam que a prática muitas vezes não condiz com a teoria. Reconhecem que alguns policiais fazem abordagem respeitosa e citaram diversos exemplos de policiais que não fazem a abordagem como deveriam, narrando fatos assombrosos de atividades policiais extremamente violentas, abordagens arbitrárias, com ofensas morais, verbais, agressões físicas gratuitas. Chamou bastante atenção a atividade do policial como uma gestão de corpos, no sentido de Foucault, ou seja, o jovem está transitando, muitas vezes em um bairro considerado nobre da cidade e a polícia o aborda procurando saber de onde ele é, o que ele está fazendo ali, porque que ele está ali, se tem droga, arma, se conhece o traficante fulano. Enfim, o jovem é cerceado na sua liberdade de locomoção, porque ele nada está fazendo de ilícito e a polícia o cerca, é observado naquela área pelo fato de ser jovem e de ser negro. Não se trata de uma atividade de combate a criminalidade, mas sim, uma atividade de cerceamento do direito de ir e vir de certas e determinadas pessoas. Eles também veem o poder policial como descontrolado, arbitrário, que não encontra limites. Se sentem vulneráveis porque desconhecem meios de contenção desse poder, que órgãos poderiam apurar as faltas cometidas pelos policiais e desconhecem esses mecanismos de controle, concebem o poder policial como extremamente forte, descontrolado e enxergam nesse poder um racismo institucional porque sentem que são abordados por conta da sua condição racial, etária, social.

Continua....

Momento CEOSP

Eles se enxergam dentro de um estigma de criminoso criado não só pela polícia, mas pela sociedade em geral, que se reflete na atividade policial. Eles se sentem aprisionados em um estigma do qual não conseguem muitas vezes se livrar e isso interfere nas liberdades de ir e de vir, até de ser. Mencionam que determinado tipo de roupa, de cabelo é motivo para uma abordagem policial, então se sentem tolhidos na sua liberdade e até na forma de andar. Temem se enquadrarem naquele estereótipo policial, e por isso sofrerem uma abordagem extremamente violenta, falam que muitas vezes desistem de determinadas atividades de lazer e nas comunidades têm poucas opções. Ao frequentar o campo de futebol é abordado, então ele desiste do futebol. É um tipo de atividade que está realmente fazendo gestão dos corpos, para impedir que tenham a mesma liberdade que não-negros têm no espaço da cidade. Eles deixam muito claro que não são todos os policiais que cometem abusos, mas essas atividades abusivas têm uma frequência tamanha que contamina a própria visão que a juventude tem de toda a polícia, toda corporação acaba sendo afetada por essas ações arbitrárias e isso deslegitima a atividade policial perante a visão desses jovens, o que é extremamente ruim para uma instituição que deveria ser vista como proteção e não como ameaça.

5. Que medidas o senhor sugere para reduzir ou minimizar os abusos policiais cometidos contra jovens negros moradores da periferia?

Os próprios jovens propõem algumas medidas tais como cursos de reciclagem, capacitação em direitos humanos, porém há outras medidas que poderão ser implementadas.

Continua...

Momento CEOSP

Os jovens informam que quando a abordagem é feita sem expectadores, os policiais são mais abusivos. Partindo dessa observação, sugiro a filmagem das abordagens, a exemplo de alguns países, onde as câmeras são colocadas nos uniformes e nas viaturas. Importante também o monitoramento dos policiais em horários de folga, pois alguns praticam arbitrariedade mesmo fora do horário de trabalho.

A implementação de protocolos escritos sobre as abordagens é necessária, pois a polícia tem discricionariedade grande no momento da abordagem. O que é o “elemento suspeito”? O que influi na decisão do policial no momento da abordagem? Se não houver protocolo mais rígido, haverá margem para abusos.

Dar mais transparência aos dados obtidos sobre abuso policial, sendo necessário que eles sejam mais expostos e facilmente acessíveis à população em geral. Fácil acesso ao que a Polícia e o Ministério Público têm feito quanto aos abusos, os processos que foram abertos, os que foram julgados etc. Políticas públicas implementadas no sentido de dar instrumental para o jovem buscar os canais existentes e os conheça melhor, caso seja vítima de abuso policial. Criação de ouvidorias externas, integradas por membros da sociedade civil organizada, de modo a aproximar o jovem das entidades de controle externo da atividade policial, que receberia reclamações, sugestões, queixas.

O Ministério Público tem que fazer apurações, prestar contas da sua atuação, para a população conhecer o seu trabalho. É necessária uma conexão maior entre a sociedade civil e instituições públicas.

Continua...

Momento CEOSP

6. Como foram escolhidos os jovens afrodescendentes entrevistados para a pesquisa?

Conseguimos contato com os jovens através do Conselho Estadual da Juventude CONJUVE, Programa Jovens Baianos, Projeto Sementes da Ciência, voltado para capacitação de jovens carentes, localizado nos Alagados. A adesão foi voluntária e seus nomes protegidos, pois foram dados nomes fictícios, para deixá-los mais à vontade. Foram selecionados 6 jovens de 5 bairros diversos, pois cada bairro tem sua peculiaridade.

7. De que forma o Ministério Público, como órgão do Sistema de Justiça e responsável pelo controle externo da atividade policial, pode contribuir para a neutralização do racismo institucional na polícia?

O Ministério Público tem função de controle externo da atividade policial previsto na Constituição Federal, porém ainda tem que avançar nesse controle, embora muito já tenha sido feito e alguns valorosos colegas têm realizado várias ações buscando responsabilização de policiais. Uma missão difícil que não é entendida pela sociedade, que acredita que o Ministério Público atrapalha a atividade policial, embora tenhamos a polícia como parceira, com quem deve manter diálogo. Nesse sentido, o Ministério Público deve induzir a modificações de algumas rotinas da polícia, discutir o racismo mais abertamente, a forma como está sendo feita a abordagem, manter a discussão dos protocolos para impedir atitudes arbitrárias, aumentar canais de diálogo da comunidade com a Promotoria de Controle Externo para facilitar o acesso e fazer as devidas apurações, verificar se há abusos, elementos de prova. O MP ainda tem que ganhar mais corpo no Controle Externo da Atividade Policial.

Continua...

Momento CEOSP

8. Qual o objetivo geral deste estudo? Qual a sua função social e seus objetivos específicos?

A função social é o direito sociopolítico de abrir espaço para que o jovem negro tenha sua voz ouvida, não só na área da segurança como em políticas públicas em geral. O estudo tem como objetivo técnico que fundamenta a pesquisa, a resposta à seguinte pergunta: Como os jovens negros de bairros populares de Salvador representam a atuação das agências policiais?

Elegemos como objetivo geral da pesquisa a compreensão da percepção e pontos de vista de jovens afrodescendentes de bairros soteropolitanos, com relação a atuação policial e como essa atuação influencia as suas representações. Daí partimos para os objetivos específicos do estudo: I - conhecer as experiências de jovens negros com abordagens policiais; II - compreender como os jovens ressignificam as experiências com as ações policiais, formando representações sobre as polícias; III - aquilatar o que os jovens entendem como sendo funções das polícias e as suas noções de legalidade/ilegalidade e legitimidade/ilegitimidade das ações policiais; IV - investigar as percepções juvenis sobre o racismo e discriminação socioeconômica na atividade policial.

9. De que maneira foi desenvolvida a pesquisa? Qual abordagem foi escolhida para análise e categorização dos dados?

Continua...

Momento CEOSP

A pesquisa empírica foi baseada em entrevistas com profundidade, onde o entrevistado tinha liberdade de se expor, sem “podas” das suas falas pelo entrevistado (o autor). Foram feitas as perguntas de partida sobre a abordagem e os jovens iam fazendo conexões, ressignificando e a partir das experiências concretas das abordagens, foi possível perceber como eles se sentiam, como ressignificavam os fatos e reviam a situação hoje depois de alguns anos.

Essa pesquisa é do tipo qualitativa, baseada na Teoria Fundamentada em Dados, posposta por Glaser e Strauss. Teoria essa que o pesquisador não parte de hipótese específica como na maioria das pesquisas. Nessa teoria o pesquisador tem as suas perguntas respondidas e com os dados são feitas as micro análises (linha por linha). Assim, no estudo surgiram conceitos, criação de conexões e de categorias abstratas até se chegar a uma central. Dentro da pesquisa o ponto em comum gerado consistiu no sentimento da vulnerabilidade social pela sua condição etária, étnica e de moradia. Tendo outras categorias correlacionadas a isso dentro do trabalho como justificativas.

10. Em sua pesquisa realizada, na visão dos jovens entrevistados, o que significa a instituição e a atuação policial em suas vidas, em suas rotinas?

Os jovens concebem dois tipos de polícias, a teórica e a real. A teórica é a polícia ideal de proteção. A real é de ameaça, pelo estigma de que os jovens são criminosos, mesmo sem cometer crimes. Há o sentimento de medo de ser vulnerável pelas atitudes discriminatórias da atividade policial. O fato gera a visão da polícia real agressiva e que não se justifica. Isso é preocupante, porque deslegitima a visão da polícia por parte do jovem e da comunidade, que passam a não acreditar nela. Para isso mudar é preciso uma mudança institucional.

Momento CEOSP

11. Gostaria de abordar alguma questão e fazer considerações finais?

Quero deixar claro que a pesquisa não é contra a atividade policial, mas a favor de estimular o debate de qual tipo de polícia queremos e precisamos, sem proteger uns em detrimento de outros. Essas questões refletem no sistema penal, que acaba sendo convocado a resolver problemas dos quais não consegue dar conta e a juventude negra serve como bode expiatório.

Se temos problemas sociais graves, somos carentes de políticas sociais, como queremos uma sociedade pacífica? O sistema penal acaba sendo convocado a resolver esses problemas sociais e nessas condições as chances de abuso são muito grandes. Precisa-se fazer uma reflexão das questões postas e a forma como pensar o sistema penal que atualmente é voltado para determinados grupos. A pesquisa é uma crítica à sociedade como todo e um convite à reflexão.

Notícias do MPBA

Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos será instalado em Itabuna

A região sul da Bahia ganhará, neste ano de 2020, uma unidade do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira). A instalação do comitê no município de Itabuna foi anunciada no dia 07/05, durante reunião realizada por meio de videoconferência com a participação da procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti, dos secretários da Fazenda, Manoel Vitório, e de Administração, Edelvino Goes, dos desembargadores Lidivaldo Reaiche Britto e Maria de Lourdes Medauar e do procurador-geral do Estado Paulo Moreno.



Durante a reunião, que contou com 23 participantes, integrantes do Ministério Público estadual, das secretarias da Fazenda, de Administração e de Segurança Pública do Estado, Tribunal de Justiça e da Procuradoria Geral do Estado debateram o planejamento do Cira para 2020, abordaram a necessidade de designação de delegado de Polícia para o Cira em Barreiras e analisaram os resultados alcançados no ano de 2019 pela força-tarefa e pelo grupo operacional cível.[...]

Notícias do MPBA

Coronavírus - MP ajuíza ação civil pública para regularizar fluxo de transferência de presos em Feira de Santana

O Ministério Público estadual, por meio de um trabalho conjunto de algumas Promotorias de Justiça com atribuição no controle externo da atividade policial de Feira de Santana, ajuizou na sexta-feira (29/05), uma ação civil pública com pedido liminar para regularizar a situação de presos provisórios lotados na Carceragem do Complexo Policial do Sobradinho, em Feira de Santana. Na peça, os promotores de Justiça ressaltam que os detentos estão em condições inadequadas. Inclusive relataram situação de presos infectados pela Covid 19 e a impossibilidade de tratamento ambulatorial.

Em razão da pandemia do Covid-19, o Ministério Público instaurou procedimento de acompanhamento no dia 25 de março a fim de fiscalizar as medidas adotadas para evitar a propagação do coronavírus, preservando a incolumidade dos presos provisórios recolhidos nas dependências da referida carceragem instalada no interior do Complexo Policial do Sobradinho, em Feira de Santana. [...]

Notícias do MPBA

Coronavírus - Justiça determina transferência de presos com Covid-19 do Complexo Policial do Sobradinho para a Unidade Prisional de Feira Santana



O Poder Judiciário deferiu liminarmente o pedido do Ministério Público estadual de transferência de presos do Complexo Policial do Sobradinho para a Unidade Prisional, em Feira de Santana.

O pedido liminar foi feito no bojo da ação civil pública movida, na sexta-feira (29/05), por um grupo de trabalho composto por Promotorias de Justiça com atribuição no controle externo da atividade policial de Feira de Santana. O objetivo da ação é regularizar a condição dos presos provisórios, no contexto da pandemia da doença Covid -19, em específico aqueles recolhidos no Complexo Policial do Sobradinho.

A decisão foi exarada pela juíza Maria Lúcia Coelho Matos, no plantão judiciário do Tribunal de Justiça da Bahia, no sábado (30/05). [...]

Notícias do MPBA

Coronavírus - Estado é intimado da decisão da Justiça para transferência de presos com Covid-19 em Feira de Santana



O Governo do Estado foi intimado dia 31/05 da decisão da Justiça referente à transferência de presos contaminados por Covid-19 do Complexo Policial do Sobradinho para a Unidade Prisional de Feira de Santana. O Poder Judiciário deferiu liminarmente pedido do Ministério Público estadual, feito no bojo de ação civil pública movida por um grupo de Promotorias de Justiça com atuação no controle externo. A ação tem como objetivo resguardar a assistência à saúde e promover o isolamento dos presos provisórios sintomáticos ou diagnosticados com Covid-19, de acordo com a Lei de Execução Penal, para que recebam o tratamento adequado na Unidade Prisional de Feira de Santana, em pavilhão específico que já estava previamente destinado pela Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP) para esse fim. [...]

Notícias do MPBA

Parceria do MP com universidade viabiliza doação de 300 máscaras para mulheres do sistema prisional



Na manhã da quarta-feira (04/06), o promotor de Justiça Edmundo Reis, coordenador da Unidade de Monitoramento da Execução da Pena e Medidas de Segurança do Ministério Público estadual (Umep), esteve com a professora da Universidade Salvador (Unifacs), Suzana Coelho, no Conjunto Penal Feminino, para doação de 300 máscaras para as mulheres da unidade prisional. A iniciativa surgiu a partir da parceria da Unifacs com o Ministério Público estadual, por meio do projeto ‘Academia vai ao cárcere’, que capacita professores, alunos e agentes públicos para que desenvolvam ações norteadas pela política penitenciária com foco na inclusão e formação dos detentos.

“Essa iniciativa da Unifacs, por meio no projeto ‘Academia vai ao cárcere’, tem grande relevância, pois demonstra o comprometimento de uma Instituição de Ensino Superior com as questões relativas aos detentos”, destacou o promotor de Justiça Edmundo Reis. [...]

Notícias do MPBA

Coronavírus: Presos com Covid-19 são transferidos do Complexo Policial do Sobradinho para presídio em Feira de Santana



Dois presos contaminados com Covid-19 foram transferidos no dia 4 de junho do Complexo Policial do Sobradinho para o módulo de isolamento do Presídio Regional de Feira de Santana, ambos localizados no município. A transferência cumpre decisão judicial, proferida no dia 3 de junho, que acatou parecer realizado pelo Ministério Público estadual. A medida já havia sido determinada em uma primeira decisão judicial liminar no final de maio, também a pedido do MP, realizado em ação civil pública ajuizada no último dia 29 de maio .

Na decisão, a juíza Marcele Coutinho, da Vara de Tóxicos de Feira de Santana, negou pedido de prisão domiciliar formulado pela defesa e determinou a imediata transferência dos presos para o Presídio Regional até que a Superintendência de Gestão Prisional, da Secretaria estadual de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap), informe em qual unidade os detentos cumprirão a prisão preventiva. No Presídio, os dois presos devem receber atendimento médico, com envio à Justiça do relatório sobre as condições de saúde deles.

Notícias do MPBA

Coronavírus: Evento online debate atuação do MP no enfrentamento da pandemia no sistema prisional



A situação precária do sistema prisional brasileiro se agrava em meio à pandemia da Covid-19 e tem suscitado do Ministério Público brasileiro uma ação mais integrada e articulada junto aos gestores públicos para promover a continuidade de políticas de segurança pública e evitar colapso sistêmico com disseminação descontrolada do novo coronavírus entre a massa carcerária nacional. Os problemas e desafios para atuação ministerial diante do quadro pandêmico no sistema penitenciário foram discutidos na manhã do dia 26/06, em evento virtual promovido pelo Ministério Público do Estado da Bahia.

Organizado pelo Centro de Apoio de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), com apoio do Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Funcionais (Ceaf), o 'XVI Ciclo de Debates' trouxe os membros-auxiliares da Comissão do Sistema Prisional e do Controle Externo da Atividade Policial (CSP) do Conselho Nacional do Ministério Público (CMP), os promotores de Justiça Antônio Suxberger e Vanessa Cavallazzi.

O encontro contou com a participação na abertura da procuradora-geral de Justiça do MP baiano, Norma Angélica Cavalcanti, com apresentação dos promotores de Justiça Luís Alberto Vasconcelos e Tiago Quadros, respectivamente coordenadores do Ceosp e Ceaf, e com a mediação dos promotores de Justiça Edmundo Reis, coordenador da Unidade de Monitoramento e Execução da Pena (Umep), e Thays Rabelo da Costa.[...]

Leia mais em: <https://www.mpba.mp.br/noticia/51997> - Adaptado / Link para vídeo: <https://web.microsoftstream.com/video/ebe15045-750c-4689-9aa6-eb6853c2e20e?channelId=1fb47d55-a28b-4d41-9b6a-f55d3693a434>

Notícias do MPBA

Três PMs são denunciados por crime de tortura durante abordagem contra adolescente em Paripe

Três policiais militares foram denunciados hoje, dia 6, pelo Ministério Público estadual por crimes de tortura cometidos contra um adolescente no dia 2 de fevereiro deste ano nas proximidades da subestação de energia elétrica no bairro de Paripe, em Salvador. Segundo a denúncia, os PMs constrangeram a vítima, valendo-se de sua autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação e como forma de aplicar castigo pessoal. As práticas criminosas e respectivas penas estão previstas na Lei 9.455/1997.

Conforme a denúncia, a vítima conversava em via pública com amigos, quando o grupo foi abordado “com truculência” pelos PMs. Após afirmar que não era “bandido”, o adolescente foi agredido por um dos policiais com socos, pontapés e palavras “racistas e injuriosas”, com consentimento dos outros dois PMs. As agressões foram filmadas com um telefone celular por uma pessoa integrante do movimento de luta pela igualdade racial.

Notícias do CNMP

Comissão disponibiliza novos dados sobre delegacias de polícia civil no Brasil

Números se referem ao primeiro semestre de 2019 e foram informados ao CNMP pelas unidades do Ministério Público em todo o país.



A Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) divulgou na quarta-feira, 6 de maio, novos dados sobre as delegacias de polícia civil em todo o país. As informações se referem ao primeiro semestre de 2019 e foram informadas ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) pelas unidades do Ministério Público brasileiro, em cumprimento à Resolução nº 20/2007. [...]

As informações estão disponíveis à sociedade em ferramenta de business intelligence, de forma didática e interativa. A consulta pode ser feita por estado e por categoria, de modo a facilitar a compreensão e a comparação dos números.[...]

Notícias do CNMP

CNMP se soma ao esforço de distribuição de quase três milhões de máscaras doadas ao sistema prisional.

Comissão do Sistema Prisional do CNMP, junto ao Depen, vai intermediar ação humanitária do Todos pela Saúde

A Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público (CSP/CNMP) vai auxiliar, junto ao Departamento Penitenciário Nacional (Depen), a ação da iniciativa Todos pela Saúde de doar e distribuir quase três milhões de máscaras de pano para o sistema prisional brasileiro. A participação da comissão é fruto de uma parceria entre o CNMP, o Grupo Itaú Unibanco, o Instituto Ação pela Paz e o Depen (Ouvidoria Nacional dos Serviços Penais). [...]



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

A iniciativa Todos pela Saúde é um grupo de especialistas de diversos setores da saúde que colaboram no combate ao coronavírus. O objetivo é contribuir na luta contra a pandemia nas diferentes classes sociais e apoiar as iniciativas da saúde pública.

Notícias do CNMP

Covid-19: CNMP ratifica recomendação para que MPs adotem medidas preventivas com relação às oitivas de adolescentes



O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) ratificou na terça-feira, 30 de junho, durante a 7ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020, a Recomendação nº 73/2020 para que os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios adotem medidas preventivas à propagação do novo coronavírus quando das oitivas de adolescentes, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. O ato foi publicado em edição extra do DECNMP em 17 de junho.

[...] O texto recomenda que os membros dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, com atribuições de defesa dos direitos da criança e do adolescente, realizem a oitiva informal prevista no artigo 179 da Lei nº 8.069/1990, do adolescente apreendido ou não, por meio de sistema de videoconferência, onde houver possibilidade técnica.

Ainda de acordo com a recomendação, os membros dos MPs devem promover articulação com a Polícia Civil e com o órgão executor das medidas socioeducativas de meio fechado, a fim de viabilizar os recursos físicos e tecnológicos permissivos da oitiva informal, sem a necessidade de deslocamento do adolescente.

Saiba mais em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/13287-covid-19-cnmp-ratifica-recomendacao-para-que-mps-adotem-medidas-preventivas-com-relacao-as-oitivas-de-adolescentes>

Adaptado

Notícias do CNJ

CNJ publica orientações para políticas de cidadania na privação de liberdade



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publica orientações técnicas sobre políticas de cidadania e garantia de direitos às pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional durante a pandemia do coronavírus. O texto busca dar subsídio para estratégias de retomada de assistências nos locais de privação de liberdade, com medidas alternativas e condições para o retorno à execução de políticas de cidadania em prisões.

A orientação técnica foi elaborada a partir de normativas publicadas pelo CNJ, notadamente a Recomendação nº 62/2020 e a Resolução nº 313/2020, além de diretrizes nacionais e internacionais. O trabalho contou com apoio técnico do programa Justiça Presente, parceria do CNJ com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud Brasil) e apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública que busca soluções para desafios estruturais dos sistemas de privação de liberdade no país.

Mais detalhes em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-publica-orientacoes-para-politicas-de-cidadania-na-privacao-de-liberdade/>



RS é premiado por ações em favor de filhos de presas na primeira infância

A experiência do Rio Grande do Sul no resgate de direitos de mulheres presas e seus filhos foi a prática vencedora na categoria “Governo” da premiação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para projetos e ações bem-sucedidos em favor da primeira infância. As medidas gaúchas são divididas em dois grupos: ações nas unidades prisionais com gestantes e mães presas com filhos de até um ano de idade; e medidas direcionadas às famílias de detentas que ficam com as crianças maiores.

Os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul começaram, em 2012, na Unidade Materno-Infantil do Presídio Feminino de Porto Alegre. Em 2016, por força do Marco Legal da Primeira Infância, as ações foram ampliadas para todos os presídios femininos do estado por meio do mapeamento das mulheres que possuem filhos menores de seis anos. E, em 2019, houve expansão das ações para os presídios mistos e semiabertos que possuem população feminina.

Nas ações feitas nos presídios, profissionais transmitem para as gestantes e mães com filhos de até um ano informações sobre os cuidados com o bebê e a importância do vínculo entre mãe e filho. [...]

Lei mais em: <https://www.cnj.jus.br/rs-e-premiado-por-acoes-em-favor-de-filhos-de-presas-na-primeira-infancia/>



Recomendação indica registro eletrônico em casos de violência doméstica

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou recomendação aos tribunais estaduais brasileiros para que dialoguem com as secretarias de segurança pública locais e adotem o registro eletrônico de ocorrências em crimes relacionados à violência doméstica. O canal virtual tem como objetivo aumentar o acesso das vítimas à Justiça durante a quarentena. O ato foi julgado na 21ª Sessão Virtual Extraordinária, de 8/6, e publicado no Diário de Justiça eletrônico em 19/6.

O texto foi elaborado pelo grupo de trabalho criado pelo presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli, para desenvolver e liderar ações que reduzam o número de assassinatos e violências contra as mulheres no âmbito doméstico, durante a pandemia do novo coronavírus. Apesar de ser uma medida fundamental para conter o avanço da Covid-19, o isolamento social é considerado um dos fatores de aumento da subnotificação dos casos de violência doméstica em todo o mundo.

Além do registro eletrônico on-line, a recomendação indica o envio virtual (upload) de dados e arquivos – como documentos, fotografias, exames médicos ou laudos – que demonstrem a materialidade da infração, assim como os pedidos de medidas protetivas de urgência.[...]

Contaminações por Covid-19 no sistema prisional ultrapassam 10 mil casos

O número de infectados por Covid-19 em unidades do sistema prisional brasileiro chegou a 10.484 casos, crescimento de 110% nos últimos 30 dias. O monitoramento é uma iniciativa do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ) e é o único em escala nacional que traz dados sobre contaminações e óbitos de servidores e dados sobre o sistema socioeducativo, que chegou a 1815 casos nesta semana. (Notícia do dia 10/07/2020)

[...] O número de comitês de acompanhamento informados ao CNJ passou de nove para 17 desde o último levantamento. Quanto à destinação de verbas de penas pecuniárias, 17 estados relataram ao CNJ a adoção da medida, totalizando R\$ 53 milhões destinados ao combate à pandemia. Enquanto Amapá, Mato Grosso, Piauí e Rio Grande do Sul registraram o recebimento de aportes federais para ações de combate à Covid-19 nos ambientes de privação de liberdade, São Paulo e Paraná receberam recursos do Tesouro estadual. Órgãos como o Ministério Público do Trabalho e a Corregedoria do TJRS também dispuseram de valores.

Notícias do DEPEN



Nota técnica do Depen mostra que o número de presos que estudam aumentou 276%

O Departamento Penitenciário Nacional (Depen) divulgou nota técnica sobre a evolução dos índices de pessoas presas envolvidas em atividades educacionais nos sistemas prisionais estaduais e Sistema Penitenciário Federal (SPF). O estudo revela que, no período de 2012 a 2019, o número de presos estudantes aumentou 279%. A nota técnica também mostra que 65,9% das unidades prisionais possuem sala de aula e 57,4% possuem biblioteca. Os estados que mais possuem privados de liberdade estudando são: Maranhão com 55,85%, Santa Catarina com 46,87% e Pernambuco com 32,70%.

[...] O Depen ressalta a importância da atuação conjunta entre órgãos de esferas distintas, bem como da instituição de planejamento estratégico para as políticas e pautas prisionais que, nesse caso, se deu, inicialmente, com a confecção de planos estaduais com objetivos claros e metas definidas para a educação nas prisões estaduais.

Veja em: <http://depen.gov.br/DEPEN/nota-tecnica-do-depen-mostra-que-o-numero-de-presos-que-estudam-aumentou-276>

Notícias do DEPEN



Enfrentamento da Covid-19 foi tema de Webnário sobre Saúde no Sistema Prisional

O Departamento Penitenciário Nacional (Depen) realizou, nesta terça-feira (30/06), o Webnário Nacional sobre Saúde no Sistema Prisional - Práticas e Desafios no enfrentamento da COVID-19. O evento foi realizado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e apoio do Ministério da Saúde e contou com conferencistas como a médica do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Dra. Nuria Carrera, a coordenadora de saúde prisional do Ministério da Saúde, Raquel Oliveira, a coordenadora-geral de vigilância das doenças de transmissão respiratória e condições crônicas do Ministério da Saúde, Denise Arakakia, e o coordenador de Saúde do Depen, Rodrigo Lopes. [...]

O evento foi direcionado para as unidades federativas e representantes das Secretarias Estaduais de Administração Penitenciária e das Secretarias Estaduais de Saúde, incluindo as temáticas de saúde prisional, de saúde e qualidade de vida do servidor penitenciário, da atenção básica, do controle da Tuberculose e das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e HIV/Aids. Porém, todos que tiveram interesse puderam participar por meio do Canal no Youtube.

Notícias do DEPEN



Impacto da Covid-19 no Brasil em relação a outros países

O Brasil possui uma população aproximada de 211 milhões de pessoas, dentre as quais, 1.145.906[1] estão infectadas (até 24/06/2020), o que corresponde a 0,55% da população geral. Já quando são analisados os dados referentes à população prisional nota-se que os 3.735 presos infectados correspondem a 0,50% da população prisional, isto significa que a infecção estaria, aproximadamente, 10% menor na população prisional. A taxa de mortalidade a cada 1000 habitantes, na população prisional (0,08), estaria quase 3,2 vezes menor em relação a população brasileira em geral (0,25).

No site do Depen constam as informações, atualizadas em 23 de junho, sobre o impacto da Covid-19 no Brasil e nos 48 países que foram pesquisados[2]. Quando são analisados dados sobre a taxa de infecção da população prisional — que é a relação de presos contaminados x população prisional o país estaria 16º lugar[3].

Entretanto, não se pode afirmar que os dados levantados demonstram a situação real dos outros países pesquisados, pois os dados coletados nem sempre se revelam de fontes oficiais. Dentre os países pesquisados, o Brasil é um dos poucos que mantém disponíveis, pelo site do Depen, as informações com atualizações diárias.

Veja mais em: <http://depen.gov.br/DEPEN/impacto-da-covid-19-no-brasil-em-relacao-a-outros-paises-1>

Legendas [1], [2] e [3] disponíveis no site.

Justiça determina ao governo federal a divulgação de dados sobre violência policial em 2019

Informações foram suprimidas do relatório divulgado anualmente das denúncias recebidas pelo Disque 100



Em ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF), a Justiça Federal determinou que a União divulgue os dados referentes às denúncias de violência policial referentes ao ano de 2019, no prazo de cinco dias, bem como elabore diagnóstico e promova debate público com a sociedade da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, sobre o tema. As medidas devem ser tomadas a fim de prestar informações aos cidadãos acerca de denúncias e reclamações sobre violações de direitos humanos, além de coordenar ações que visem à orientação e à adoção de providências para o tratamento dos casos de violação de direitos humanos. Também deve coordenar e atualizar arquivo de documentação e banco de dados informatizado sobre as manifestações recebidas, no prazo de 30 dias.

Notícia da Câmara de Deputados

Projeto* pune com até quatro anos de prisão quem divulga mentira sobre saúde ou segurança pública

O Projeto de Lei 1394/20 altera o Código Penal para punir a criação e a propagação, por qualquer meio, de informação falsa referente à saúde ou à segurança públicas. O texto em análise na Câmara dos Deputados prevê que o autor do crime será punido com pena de um a quatro anos de reclusão e multa. [...]

*em análise



Continue vendo em: <https://www.camara.leg.br/noticias/652589-projeto-pune-com-ate-quatro-anos-de-prisao-quem-divulga-mentira-sobre-saude-ou-seguranca-publica/>

Notícia da OAB/BA

Auxílio emergencial: OABs do Nordeste pedem atendimento mais digno a mulheres

Desde que o auxílio emergencial do Governo Federal, em decorrência da covid-19, começou a ter seu saque autorizado nas agências da Caixa Econômica Federal, longas filas e aglomerações de pessoas têm sido presenciadas na capital e interior dos estados em todas as regiões do país. [...]

As filas começam a se formar ainda na madrugada, como noticiado pela mídia e um fenômeno já começa a ser notado: um grupo particularmente vulnerável costuma ser a maioria nessa situação, as mulheres. Idosas, gestantes, majoritariamente negras e chefes de família, muitas acompanhadas das suas proles, essas mulheres acampadas nas filas têm urgência em receber o auxílio, por pura necessidade alimentar. Expostas a sol e chuva, dormindo no chão junto a milhares de pessoas desconhecidas e com fome, são elas as mais suscetíveis a contrair, naquelas condições, a covid-19. [...]

Diante disso, faz-se necessária urgentemente a aplicação de medidas efetivas para viabilizar o recebimento do auxílio emergencial por essas mulheres de forma humanizada e digna. A União, os governos estaduais e municipais devem ser instados a adotar medidas emergenciais apresentando soluções imediatas para acabar com essas filas, em especial, acelerar o recebimento do benefício pelas mulheres em situação de maior vulnerabilidade, como idosas, gestantes e com filhos que delas dependam.[...]

Notícias dos Jornais

Decreto põe Fundo de Segurança Pública entre gastos que não podem ser limitados.

O governo federal editou na segunda-feira (20/04) o Decreto 10.323 para incluir o Fundo Nacional de Segurança Pública entre as despesas que não serão objeto de limitação de empenho, ou seja, que não sofrerão contingenciamento na execução orçamentária deste ano. O Decreto, publicado no Diário Oficial da União da segunda-feira (20/04), altera a relação das despesas livres do contingenciamento que consta em anexo da Lei 13.898, de 11 de novembro de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020.

Mais detalhes em: <https://www.istoedinheiro.com.br/decreto-poe-fundo-de-seguranca-publica-entre-gastos-que-nao-podem-ser-limitados/>

Notícias dos Jornais

Pesquisa científica aplicada cria modelo inovador de gestão em segurança pública.

Militar que desenvolveu estudo também criou um sistema de informação para absorção, manipulação e cadastro sistemático de dados para apoiar a atividade de inteligência.

A segurança pública em Santa Catarina ganhou um novo aliado na prevenção e repressão à criminalidade: a gestão do conhecimento.



[...] Os conceitos e ferramentas da gestão do conhecimento propostos no estudo já foram implantados no Observatório de Inteligência e Segurança Pública do 14º Batalhão de Polícia Militar, em Jaraguá do Sul. A dissertação de mestrado foi transformada em livro, lançado em 2018, em Florianópolis.

Segundo Freire, o modelo proposto no estudo fornece uma visão macro do setor e permite uma implantação continuada, com abordagem prática e tecnológica, adaptando-se a novas necessidades.

Notícias dos Jornais

Em tempos de coronavírus, advogados falam de casa com clientes presos

Desde o primeiro caso confirmado no país, 24 presos já foram diagnosticados com a doença em São Paulo. Desses, 10 faleceram.

Agora os advogados já podem conversar de casa com seus clientes presos em unidades prisionais paulistas. Por conta da Covid-19, eles foram autorizados deste ontem a entrar em contato diretamente com os detentos por aplicativo de videoconferência, bastando agendar previamente com o presídio. Quem conta com o atendimento gratuito da Defensoria Pública também está incluído na novidade.

[...] Os casos vão desde audiências de instrução até julgamentos com sentença proferida pelo magistrado. Ou seja, dependendo da duração da pandemia, é possível que em breve processos inteiros ocorram sem que o réu coloque o pé fora do presídio.



Notícias dos Jornais

CNJ votará resolução sobre direitos de pessoas LGBTI presas

Para marcar o Dia Internacional de Luta contra a LGBTfobia, comemorado em 17/5, o Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) votará proposta de resolução que estabelece diretrizes e procedimentos que o Poder Judiciário deverá observar, no âmbito criminal, para reduzir a vulnerabilidade de pessoas LGBTI.

O objetivo da iniciativa é promover e assegurar os direitos fundamentais da população LGBTI submetida à investigação criminal e ao processo penal e mitigar a elevada vulnerabilidade enfrentada por este grupo.

O relator da proposta de ato normativo, conselheiro Mário Guerreiro, observa que o cenário atual é marcado pela intolerância com a diversidade de gênero e de orientação sexual, fato que expõe a população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo a graves situações de discriminação e violência. [...]

Notícias dos Jornais

CNJ define ações para combate à Covid-19 no sistema prisional

O monitoramento do avanço da pandemia da Covid-19 no sistema prisional brasileiro é uma das grandes preocupações dos Tribunais de Justiça de todo o país neste momento. Na última semana, as ações para combater a doença foram definidas em uma série de encontros virtuais promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

Os encontros contaram com a participação de mais de 600 pessoas e a base usada para a tomada de decisões foi a Recomendação CNJ 62/2020, que estabelece protocolos para a luta contra a epidemia no sistema carcerário.

Os Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (GMF) dos tribunais vão enviar a cada 15 dias ao CNJ informações sobre casos suspeitos e confirmados da Covid-19 nos sistemas prisional e socioeducativo, assim como o número de mortes — incluindo os servidores que atuam na área. [...]

Notícias dos Jornais

Ministério da Justiça cria órgão para gerir fundo de segurança pública.

Decreto que cria a secretaria foi publicado no Diário Oficial da União

O Ministério da Justiça e Segurança Pública criou uma nova secretaria, a de Gestão e Ensino em Segurança Pública, que passará a existir a partir de 8 de junho, de acordo com decreto publicado pelo governo no Diário Oficial da União (DOU) de quinta-feira (28/05).

A nova secretaria ficará responsável, por exemplo, pela gestão de licitações da área e dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), cujo orçamento para 2020 é de R\$ 1,51 bilhão. Outra atribuição é fomentar estudos e pesquisas para aperfeiçoamento de profissionais de segurança pública, informou o ministério por meio de nota.

Veja mais em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-05/ministerio-da-justica-cria-orgao-para-gerir-fundo-de-seguranca-publica>

Adaptado

Notícias dos Jornais

Bahia tem queda no número de mortes violentas no mês de maio, aponta SSP

Em abril, foram registradas 535 mortes; já em maio, foram 398, uma redução de 25%.

O mês de maio na Bahia terminou com o menor número de mortes violentas dos primeiros quatro meses de 2020. A informação foi divulgada pela Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA).

Em abril, foram registradas 535 mortes. Já em maio, foram 398, uma redução de 25%. De acordo com a SSP, o mês de março teve 523 registros de mortes; foram 477 em fevereiro e 455 em janeiro.

Segundo dados do Monitor da Violência divulgados no dia 25 de maio, a Bahia foi o estado com a maior quantidade de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no mês de março. Os CVLI incluem homicídios, feminicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte. [...]

Notícias dos Jornais

Justiça suspende liminar que transferiu presos com Covid-19 de complexo em Sobradinho para presídio em Feira de Santana

Segundo desembargador Lourival Almeida Trindade do TJ-BA, suspensão ocorreu, entre outras coisas, para evitar risco de contaminação no presídio.

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJ-BA), desembargador Lourival Almeida Trindade, suspendeu os efeitos da liminar que determinava a transferência de presos, com Covid-19, do Complexo Policial do Sobradinho para a Unidade Prisional de Feira Santana, cidade a cerca de 100 quilômetros de Salvador. Mesmo com a decisão, dois detentos que foram transferidos no começo deste mês continuam no presídio.

A suspensão da liminar ocorreu no dia 19 de junho, após análise do pedido do Estado da Bahia. Segundo o desembargador, a decisão ponderou que a transferência dos custodiados infectados pelo novo coronavírus contribui para aumentar o risco de contaminação no complexo de Feira de Santana. [...]

Notícias dos Jornais

Mês de junho registra menor número de assassinatos em 2020, diz SSP-BA

O mês de junho terminou com o menor índice de violência na Bahia em 2020. De acordo com informações da Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA), foram contabilizadas 335 mortes, no sexto mês do ano. O índice é 18% menor do que em maio, quando ocorreram 411.

"Depois de números acentuados em março e abril combatemos aqueles que estavam praticando os crimes e alcançamos reduções consecutivas em maio e junho. O segundo semestre se inicia e continuaremos com essa dedicação", disse o secretário da Segurança Pública, Maurício Teles Barbosa.

Leia mais em: <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/250402-mes-de-junho-registra-menor-numero-de-assassinatos-em-2020-diz-ssp-ba.html>

Nota do CEOSP

Oficina Prática de Utilização do Sistema SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificado

No dia 28 de maio de 2020, ocorreu a Oficina Prática de Utilização do Sistema SEEU – Sistema Eletrônico de Execução Unificado através de transmissão ao vivo pelo Microsoft Teams. A oficina foi realizada pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (CEOSP) E o Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOCRIM).

O objetivo da oficina foi a capacitação dos promotores criminais e assessores a fim de acessarem e manusearem o Sistema Eletrônico de Execução Penal Unificado (SEEU), implantado pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJ/BA) para a tramitação dos processos eletrônicos de execução penal. Para tal, os interessados foram previamente cadastrados no sistema com o envio do formulário preenchido e assinado à Comissão de Organização e Gestão da Informação do MP (GOGI).

De acordo com o site do TJ/BA, o SEEU foi criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Tribunal de Justiça do Paraná. Viabiliza a apreciação, no tempo certo, dos benefícios prisionais, com progressões de regime, livramento condicional, comutações e indultos. Além do acesso digital aos autos e movimentações por aparelhos eletrônicos.

Peças Processuais

Denúncia oferecida contra policiais militares por crimes de tortura cometidos contra adolescente durante abordagem no bairro de Paripe. Promotor de Justiça Marcelo Cerqueira.

https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/seguranca_publica/idea_no_3.9.114665.2020.pdf

Petição inicial em Ação Civil Pública proposta no município de Feira de Santana para regularização do fluxo de presos provisórios recolhidos em carceragens da Polícia Civil. Promotores de Justiça Mariana Pacheco, Monia Ghignone, Fernanda Presgrave, Rui Sanches Júnior, Lívia Sampaio e Thays Rabelo.

https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/seguranca_publica/peticao_inicial_acp_-_complexo_policial_do_sobradinho_2_1.pdf

Requerimento de transferência de presos para unidade prisional localizada em Feira de Santana. Promotora de Justiça Mirella Barros C. Brito

https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/seguranca_publica/ma_jutada_docs_presos_covid_0301820-22.2020.pdf

Parecer ministerial pela manutenção de prisão preventiva e encaminhamento de presos a módulo de isolamento de unidade prisional localizada em Feira de Santana. Promotora de Justiça Mirella Barros C. Brito

Expediente

Procuradora-Geral de Justiça
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CEOSP

Coordenador

Luis Alberto Vasconcelos Pereira

Equipe

Adoniza do Nascimento Dias Gomes – Analista Técnico – Assistente Social

Carollina Aragão Ferreira Binda – Analista Jurídico

Daniele Viana Silva Santos – Estagiária de Serviço Social

Henilda Amaral de Melo – Oficial Administrativo

Juliane Lisboa Bispo – Estagiária de Serviço Social

Kadija Teles Borges – Estagiária de Administração

Pablo Victor Araujo Costa – Estagiário de Direito

Roberto Catai Ferreira Junior – Assistente Técnico-Administrativo

Sandra Maria Brito Silva – Analista Técnico – Assistente Social

✉ ceosp@mpba.mp.br

☎ 71 3103-0381

☎ 71 3103-0382

☎ 71 3103-0383



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - MPBA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA
SOCIAL - CEOSP**

5ª Avenida, nº 750, sala 129, CAB – Salvador, BA – Brasil – CEP 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui